

Parecer técnico sobre pesca de camarão de profundidade

Sobre o assunto em epígrafe, e em resposta à solicitude do Sr. Presidente do INDP, somos a emitir o parecer seguinte:

Tendo em conta que a investigação, avaliação da biomassa e estimação da captura máxima sustentável do recurso camarão de profundidade (*Plesionika edwardsii*) ainda estão em curso (iniciadas com o Projecto PROACTIVA e continuadas com o MARPROF-CV, ambos projectos financiados pelo Governo das Canárias e executados em parceria INDP-ICCM);

Visando desta forma, a conclusão dos estudos que sustentarão as recomendações científicas de desenvolvimento e gestão sustentável da pescaria de camarão de profundidade de Cabo Verde;

Visando ainda que o início prematuro da actividade de pesca comercial não falseie e ponha em risco as experiencias de avaliação de stock, em curso;

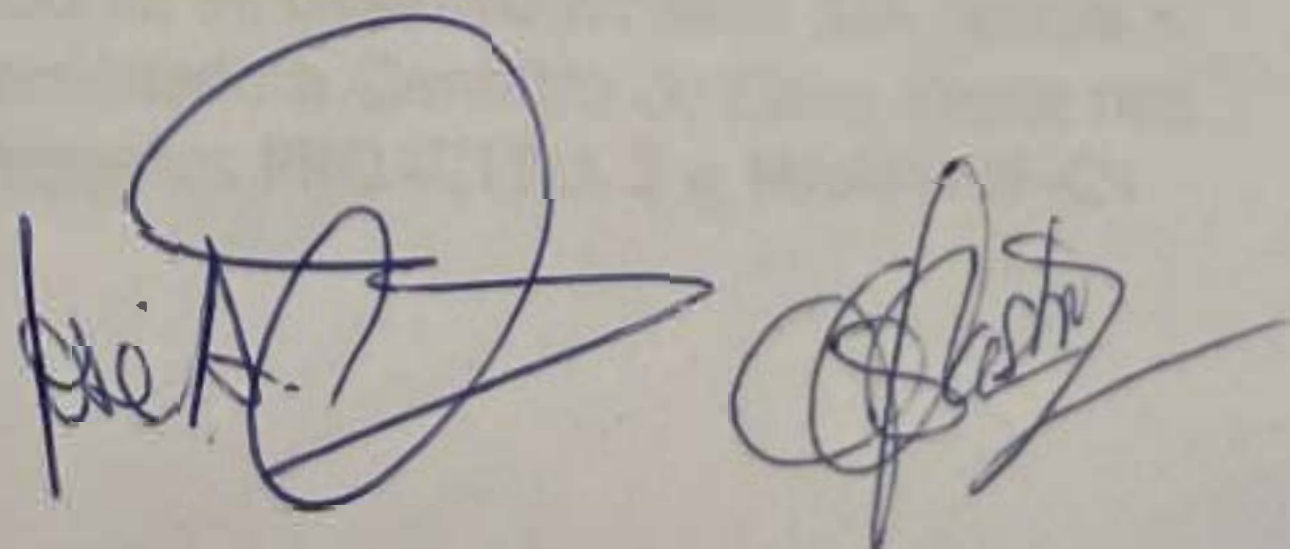
Visando a sustentabilidade a longo prazo da pescaria de camarão de profundidade;

Tomando como base os resultados das avaliações até agora feitas e o Princípio Precautório do Código de Conduta para Pesca Responsável da FAO (do qual Cabo Verde é signatário);

Desaconselhamos o início da pesca comercial de camarão de profundidade nas zonas que ainda não foram avaliadas.

Tendo em conta a pressão existente para iniciar de forma imediata a exploração do recurso, propomos as seguintes medidas de gestão para a pescaria:

1. Que a pesca seja iniciada na zona que já foi avaliada (São Vicente - Santa Luzia - Ilhéus - São Nicolau) e ainda, se necessário, nas zonas que não serão avaliadas directamente pelo projecto MARPROF-CV (Santo Antão e Fogo - Brava) mas sim através de estimativas indirectas. Estas zonas se excluam da avaliação directa pois, uma vez que o projecto, por razões financeiras no pode cobrir o arquipélago todo nesta fase, se excluam as zonas donde se detectou que a biomassa deverá ser relativamente menor (ao tudo, deverá representar menos de 5% da biomassa total de camarão).
2. Que se implemente a obrigatoriedade do uso do VMS a bordo da embarcação de pesca, para efectivar o controlo e fiscalização da medida referente à abertura por fases das zonas de pesca.



3. Que na plataforma São Vicente - Santa Luzia - Ilhéus - São Nicolau (zona já avaliada) seja estabelecido um limite de captura de 31 toneladas/ ano - correspondente à captura máxima sustentável e um máximo de 300 covos como esforço efectivo de pesca (estimativa precaucional); as capturas máximas sustentáveis das outras zonas serão estabelecidas e fixadas a medida que sejam efectuadas as avaliações.
4. Que a abertura das zonas fechadas à pesca (Sal, Boavista, Santiago, Maio) seja feita por fases, conforme o avance do projecto MARPROF-CV e das avaliações dos stocks de camarão, nomeadamente, segundo o calendário seguinte:
 - a) São Vicente – Santa Luzia – Ilhéus – São Nicolau + Santo Antão + Fogo – Brava: imediatamente
 - b) Santiago – Maio: em Setembro/ 2011
 - c) Boavista: em Dezembro/ 2011
 - d) Sal: em Março/2012.
5. Que, como medida precaucional, e baseados na biologia do recurso camarão das Ilhas Canárias (uma vez que a investigação não está concluída, se baseiam as medidas nos conhecimentos sobre stocks vizinhos, da mesma espécie) seja estipulado um tamanho mínimo permissível de captura igual a 16 mm de carapaça, sendo proibida a captura, desembarque, comercialização e posse de exemplares menores.
6. Que a partir de 2012 (ano em que deverá estar aberto o arquipélago todo à pescaria) seja estabelecido um período de defeso (proibição de captura) de Abril a Junho (época que coincide com a época de pesca de outros recursos importantes como a lagosta rosa e a cavala preta).
7. Que a pesca seja acompanhada por um observador a bordo, que deverá registar todos os dados de pesca de camarão e da pesca accidental, segundo um formulário oficial de recolha de dados.



Prof. Doutor José Antonio González

Director do Departamento de Biologia
Haliêutica do Instituto Canario de
Ciencias Marinhas e Coordenador
Científico dos Projectos PROACTIVA 2 e
MARPROF-CV

Mindelo, 18 de Março de 2011



Oksana Tariche Pastor

Directora do Departamento de
Investigação Haliêutica do Instituto
Nacional de Desenvolvimento das Pescas e
Coordenadora Científica de Cabo Verde nos
Projectos PROACTIVA 2 e MARPROF-CV